

AS DINÂMICAS RURAIS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO: ESTUDO DE CASO DO ASSENTAMENTO CÍCERO ROMANA I - PARAÍBA

DYNAMICS IN RURAL DEVELOPMENT: A STUDY OF CASE IN CICERO ROMANA SETTLEMENT I – PARAÍBA

Thaís Mara Souza Pereira

Graduanda em Geografia pela Universidade Federal de Campina Grande-UFCG
thaismaraufcg@gmail.com

Janaína Barbosa da Silva

Professora Doutora da Unidade Acadêmica de Geografia na Universidade Federal de Campina Grande-UFCG.
janaina.barbosa@ufcg.edu.br

Antônio Pereira Cardoso da Silva Filho

Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Campina Grande-UFCG
tonycardoso.geo@hotmail.com

RESUMO

Os assentamentos rurais surgem como um espaço territorialmente definido por apresentar objetivos vinculados a sujeitos socialmente excluídos do processo de produção capitalista. Logo, esta pesquisa teve como objetivo realizar um estudo de caso acerca das condições inibidoras percebidas pela população do assentamento Cícero Romana I localizado no município de Esperança- PB. Para tanto, realizou-se os seguintes procedimentos qualitativos: a) Levantamento fotográfico; b) Observação participante; c) Entrevistas individuais. Como recurso metodológico foi utilizada técnicas de Diagnóstico Rural Participativo- DRP. A partir desta pesquisa foram identificadas diversas sugestões para melhorias no assentamento, como saneamento básico e abastecimento de água encanada. Quanto ao problema identificou-se a insatisfação revela a pretensão de abandonar o local no futuro.

Palavras-chave: Diagnóstico Rural; Esperança-PB; Reforma Agrária.

ABSTRACT

The rural settlements arise as a territorially defined space for presenting objectives linked to subjects socially excluded from the capitalist production process. Therefore, this search aimed to conduct a case study about the inhibitory conditions perceived by nesting population Cicero Roman I in the municipality of Esperança-PB. Therefore, the following qualitative procedures took place: a) photographic survey; b) participant observation; c) Individual interviews. As a methodological resource was used the techniques of Participatory Rural Appraisal-DRP. From this research were identified several suggestions for improvement in the settlement, such as basic sanitation and piped water supply. As for the problem dissatisfaction identified himself reveals the intention to leave the site in the future.

Keywords: Rural diagnosis; Esperança- PB; Land reform.

1. INTRODUÇÃO

A origem da distribuição desigual de terras no Brasil remonta ao período pré-colonial a partir de processos que atendiam diferentes interesses. Em uma perspectiva histórica, o período colonial caracteriza-se como a dimensão epistemológica da problemática no País, na qual o plano de ocupação de terras e a implementação de uma condição política imperialista justifica, a certo modo, as condições da concentração fundiária nos dias atuais (Mattos, et al., 2012; Carvalho, 2010).

As Capitâneas Hereditárias incidiram neste contexto por subsidiar as ações não planejadas quanto à organização territorial do Brasil, levando em consideração o território pela delimitação espacial a partir das relações de poder. De acordo com Mattos et al. (2012) houve a divisão em quinze capitâneas, das quais foram comandadas por um respectivo donatário da corte portuguesa, essencialmente delegado pela nobreza.

O processo inerente às condições vivenciadas na Europa no século XVI, especificamente em Portugal, condicionou, dentre outros fatores políticos e econômicos, a instalação da Família Real no Brasil, ampliando-se inúmeros problemas estruturais. Com relação à questão de terras, foi homologada a Lei nº 601 em 1850, sendo esta a primeira que objetivava incorporar a compra como a única forma de acesso a terra, abolindo o regime de sesmarias instalado anteriormente, que por conseguinte, se caracterizava por uma concessão de terras a um proprietário, tendo este, que pagar à coroa a sexta parte da obtenção da produção (Germani, 2006; Incra, 2006; Fausto, 1996).

A partir da criação dos estados nacionais, no Período Republicano, são influenciados os limites geográficos e a concentração fundiária do País, originando também as oligarquias locais. E é a partir dessas oligarquias que consolida-se o atual sistema de concentração fundiária que na óptica de Carvalho (2010), ocorre de maneira acentuada, em benefício de uma minoria da população.

Após 150 anos, o governo cria uma nova lei de terras (10.267, em 2001) remetendo ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, a tarefa de organizar e gerenciar, em conjunto com a Secretaria da Receita Federal, o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais - CNIR (Incra, 2006).

O histórico da legislação fundiária no Brasil, somado à atual conjuntura de desigualdade existente no país, mais a participação dos movimentos religiosos, sindicais e excluídos da terra, contribuíram para a edificação de um ambiente propício para a mobilização entorno da luta pela reforma agrária, cujo resultado foi a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Conforme Stedile (2012) o MST é um dos únicos movimentos que congrega em sua atuação as lutas pela dignidade e pela cidadania no Brasil. Tendo este movimento três objetivos principais: lutar pela terra, lutar por mudanças sociais no país e lutar pela reforma agrária.

A reforma agrária é uma das medidas de desconcentração e democratização fundiária de maior destaque, tendo como finalidade promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, atendendo aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção (Incra, 2013). De acordo com o Incra (2013), a reforma agrária proporciona a desconcentração e a democratização da estrutura fundiária; a produção de alimentos básicos; promoção da cidadania e Justiça social; a redução da migração campo-cidade; a geração de ocupação e renda e etc.

Na maioria dos casos de luta pela terra, quando conseguem o que reivindicam, as famílias são assentadas em uma espécie de conjunto familiar, onde o INCRA viabiliza: casas, terras para produzir, e em alguns casos até sementes para o cultivo. Estes são comumente chamados de assentamentos rurais, que em geral, surgem da desapropriação de terras do governo e/ou particular, para serem doadas para famílias que já trabalhavam nelas a um bom tempo. De modo que, é obrigatório depois de assentadas sua permanência na terra; podendo ser destituída por abandono ou não cultivo desta (Mst, 2013).

Ao se consolidar um projeto de assentamento, os trabalhadores encontram inúmeras dificuldades e estas vão além das condições naturais desfavoráveis, como a falta de financiamento para projetos de recuperação, falta de acompanhamento técnico, burocracia para recebimento de crédito rural, serviços de saúde e educação precárias, inexistência ou precariedade das vias de acesso (Capoane e Santos, 2012).

Todavia, a efetivação dos planos de assentamento não possibilita que a vida dos residentes seja plena e com condições viáveis para uma execução de atividades diárias dos próprios, no ambiente assentado. De forma que, em muitos assentamentos as condições de vida e dificuldades enfrentadas ocasiona futuras evasões dos grupos sociais ali envolvidos.

Pereira et al. (2013) efetivou um estudo no Assentamento Cícero Romana I, existente na Cidade de Esperança, com o objetivo de identificar áreas de cultivo, criação de animais, área de proteção ambiental, enfim, o uso e ocupação da terra. A partir deste estudo, percebeu-se a necessidade em se realizar uma pesquisa no assentamento; cuja finalidade foi identificar as principais dificuldades encontradas na área e tentar buscar soluções para mitigar os problemas. Objetivou-se realizar um diagnóstico participativo na área do assentamento, sendo realizado um levantamento de informações de caráter participativo, de forma a compreender quais seriam as principais dificuldades enfrentadas, desafios e sugestões para melhoria do assentamento, tendo como ponto de percepção as próprias famílias assentadas.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

2.1. Área de Estudo

O Assentamento Cícero Romana I está localizado no município de Esperança, estado da Paraíba, entre as coordenadas 6°56'26'' e 7°08'06'' S e 35°46'58'' e 35°59'38'' W (Figura 1). O Município tem uma área de 163,781 km², e população de 31.095 habitantes e faz parte da Região Geográfica dos Brejos Serranos, na microrregião do Agreste, domínio da caatinga (IBGE, 2013). De acordo com a classificação de Köppen, o clima da microrregião é do tipo BSh (semiárido quente), com chuvas de verão, é uma área de transição para regiões mais secas do interior do Planalto da Borborema, com precipitação predominantemente de 800 mm/ano, temperatura entre 20 a 30°C (Plano de Desenvolvimento de Assentamento- PDA, 2010).

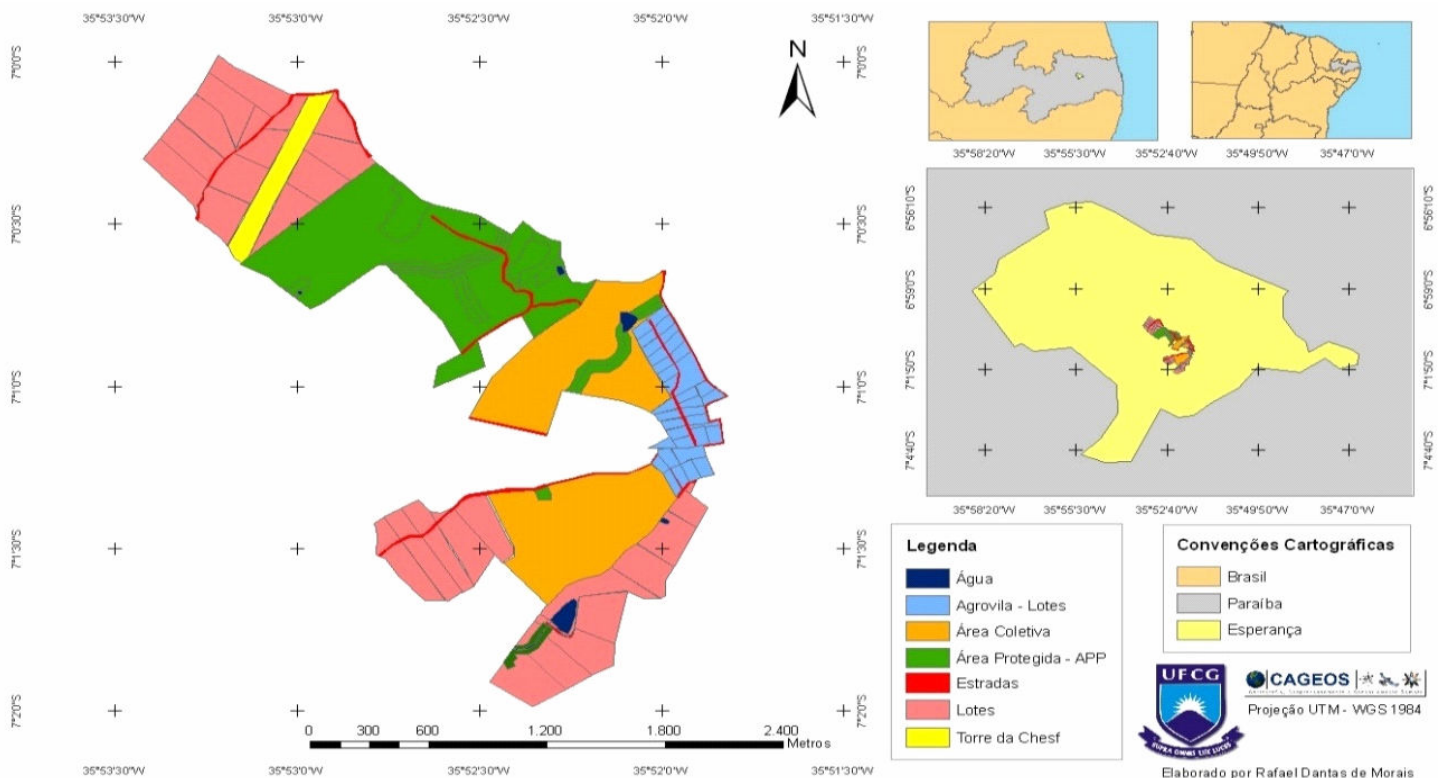


Figura 1 - Mapa de Localização do Assentamento Cícero Romana I. Fonte: Pereira et al., 2013.

2.1.1. Histórico

O Assentamento Cícero Romana I surgiu com a desapropriação dos Sítios Lagoa do Sapo, Lagoa das Cinzas, Junco e Timbaúba. (As terras eram uma herança de Cícero Pedro de Almeida, que após vim a óbito, suas terras foram divididas para com os agricultores que há muitos anos trabalhavam nas terras (PDA, 2010) apud Pereira et al., 2013).

Conforme o PDA (2010) o processo de desapropriação aconteceu a partir do ano de 2000, onde os moradores já viviam na área exercendo atividades como meeiros (tudo que é produzido é dividido entre o agricultor e o dono das terras igualmente), posseiros, etc., solicitaram junto ao INCRA, que fosse feita vistoria da área, após a morte do proprietário, visto que os herdeiros começaram a colocar impedimento, junto aos moradores da fazenda, no sentido de dificultar que os mesmos desenvolvessem atividades agropecuárias de qualquer natureza, o que dificultava a permanência das famílias nessa área. O processo de desapropriação do imóvel ocorreu de forma pacífica, de acordo com informações dos próprios assentados.

No assentamento residem 52 famílias, sendo que 35 moram na agrovila em um conjunto de casas agrupadas (Figura 2), onde seus lotes de plantio podem distar até 5 km e 17 famílias têm suas residências nos seus respectivos lotes de plantio.



Figura 2 - Vista Parcial de parte da agrovila do Assentamento Cícero Romana I. Fonte: Plano de Desenvolvimento de Assentamento-PDA, 2010.

2.2. Revisão Teórica

Para elaboração dessa pesquisa utilizou-se dos pressupostos da pesquisa qualitativa, onde se caracteriza como um entendimento dos significados e características de uma situação apresentada pelos entrevistados (assentados); onde o pesquisador busca compreender os fenômenos, segundo a perspectiva dos atores sociais da situação estudada (Bonifácio, 2008 *apud* Freitas et al. 2012). Dessa forma, o levantamento das informações coletadas em campo seria uma ação participativa, enquanto a análise “crítica” da realidade diagnosticada seria um trabalho de laboratório, executável apenas pelo pesquisador (Souza e Pessôa, 2009).

Foi realizado um prévio estudo do histórico do Assentamento, desde a sua desintegração até sua consolidação como assentamento oficial, com apoio dos moradores mais antigos. Na qual, tivemos uma conversa parcial com a presidente do assentamento, de forma que, a mesma disponibilizou dados, documentos e informações da área para um estudo mais preciso. De forma que, a tesoureira do assentamento disponibilizou o Projeto de Assentamento- PDA que é realizado pelo INCRA, dispondo este de informações

do tamanho territorial localização, contexto socioeconômico e ambiental da área de influência do assentamento, condições climáticas, características dos solos, descrição das áreas de conservação, organização espacial, entre outros.

2.3. Atividade de Campo

Inicialmente realizou-se uma conversa informal com a presidente da associação do assentamento. Em seguida foi aplicado um questionário semi estruturado para teste com a tesoureira da Associação, foi realizado todos os ajustes necessários, para que este, pudesse ser aplicado com todas as 52 famílias. Para captação final dos dados, foram utilizadas as seguintes técnicas: o Diagnóstico Rural Participativo - DRP e questionários. Além das técnicas de DRP, que de acordo com Souza e Pessoa (2009) é uma metodologia alternativa na obtenção de dados e no planejamento de projetos de desenvolvimento econômico e social, constituindo-se na principal ferramenta para o estudo de comunidades rurais tradicionais, projetos de assentamentos rurais, comunidades quilombolas e indígenas. Aplicou-se também questionários com perguntas abertas, este sendo aplicado sempre com o ou (a) titular da terra ou seu (sua) cônjuge. As perguntas do questionário foram relativas às dificuldades enfrentadas no assentamento, pretensão de venda do lote das terras, sugestões para melhoria dos assentamentos, etc.

Após o término da aplicação dos questionários, realizou-se registros fotográficos em alguns dos lotes do assentamento (lotes de plantio e/ou cultivo e lotes de moradia), áreas de reserva legal, área de reservatórios hídricos, etc.

2.4. Elaboração do Mapa

Para a elaboração do mapa foi utilizado o programa ArcGis 10 licenciado para o Laboratório de Cartografia Digital, Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto - CADIGEOS dos cursos de pós-graduação do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

Para o mapeamento, foram seguidos os seguintes procedimentos:

3. Através da base cartográfica georreferenciada do Incra, disponibilizada no PDA foi elaborada uma nova shapefile do Assentamento;
4. Foi elaborado um novo mapa apenas para ressaltar as áreas: água, uso coletivo, lotes de plantio, RL's, agrovila. Cada área recebeu uma cor para uma melhor visualização da divisão do assentamento;
5. Montagem do mapa final.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base no questionário e observações participantes realizada nesta análise, os assentados alegaram que as terras foram divididas de forma igualitária, todavia afirmaram que alguns detêm de maior área de terras para cultivo. Segundo os moradores existem famílias que detêm 4,5 ha de terra, enquanto outros detêm lotes cerca de 2,5 ha a 3 ha. O critério de divisão das terras foi realizado pelo INCRA, que decidiu que os terrenos maiores ficariam para aquelas famílias que já trabalhavam a mais tempo nas terras. Entretanto, alguns assentados alegaram que o critério de divisão das terras partiu dos próprios moradores, decidindo que: “aqueles que ficassem na agrovila ficariam com terras menores, devido à localização desta, ser mais próxima da zona urbana”.

A partir do questionário percebeu-se que 58% declararam que as terras foram divididas de forma igualitária, 38% alegaram ter existido diferença no tamanho dos lotes, e apenas 4% afirmaram não saber responder a essa questão (Figura 3).

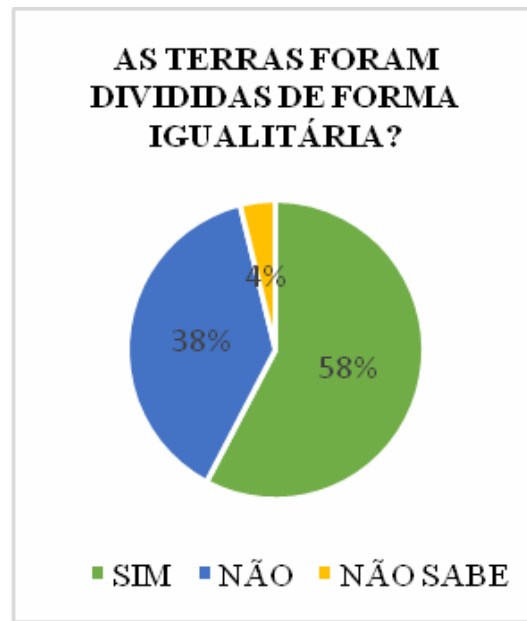


Figura 3 - Gráfico de porcentagem referente ao tamanho das terras.

Todas as famílias têm o título de concessão de uso, que é disponibilizado pelo INCRA. Porém, o título de domínio das terras, segundo os assentados existe a previsão de entrega daqui a uns dez anos. De acordo com o INCRA (2014) o contrato de concessão de uso transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter provisório e assegura aos assentados o acesso à terra, aos créditos disponibilizados pelo INCRA e a outros programas do governo federal. Contudo, o MST afirma que o título de domínio é um direito mais abrangente, significa a direito à propriedade (direito de usar, gozar e dispor), enquanto a concessão de uso é um direito mais limitado, que fortalece a posse. Ambos são inalienáveis, ou seja, não podem ser vendidos pelo prazo de dez anos.

Foi questionado aos moradores a pretensão de venda dos lotes após a posse dos títulos. Das 52 famílias, 88,45% afirmaram não ter pretensão de venda, enquanto apenas 5,78% declararam que irão. Enquanto 5,77% alegam não saber ainda o que irão fazer após obtenção dos títulos.

Quanto a esses 5,78% que alegaram ter anseio em vender as terras após a posse do título, foi perguntado qual ou quais seriam os motivos, estes justificaram que: “As terras são muito longe da zona urbana”; “Pelas crianças, devido à escola ficar distante”. Os sujeitos questionados que alegaram ter o desejo de morar na zona urbana, em decorrência da escola de seus filhos, não são os que residem na agrovila (haja vista que essa se localiza perto da Cidade), mas sim os que moram em seus lotes de plantio. Dificultando assim, sua locomoção diária, pois nem todos os assentados possuem meio de transporte. Vale a ressalva que, em uma pesquisa realizada no mesmo assentamento desse estudo, Pereira et al (2013) constatou-se que das 52 famílias assentadas, 35 residiam na agrovila e 17 na área de lote, este denominado lotes de plantio.

Nesse sentido Silva et al., (2012) ao analisarem os assentamentos rurais no estado do Amapá identificaram também dificuldades referentes à locomoção, contudo, na pesquisa desenvolvida por Silva a situação dos assentados é mais agravante, em decorrência das vias de acesso ao lotes de plantio estarem em estado de precariedade.

Uma solução para as dificuldades por eles enfrentadas seria a construção de escolas no próprio assentamento. Muitos Projetos de Assentamento em todo o País, antes da efetivação do PDA, pleiteiam a construção de escolas para os assentados. Seria uma saída, para que não houvesse uma evasão dos habitantes do campo.

As dificuldades enfrentadas pelos assentados poderão ocasionar uma futura evasão no Assentamento. Nesta mesma óptica de venda de lotes, onde existem justificativas distintas, Ribeiro et al., (2011) através de

pesquisas realizadas em assentamentos no estado de Tocantins verificou-se que as condições relativas à infraestrutura e problemas vivenciados pelas famílias, como também, a origem não-rural da família assentada, acarreta um maior anseio de saída da área assentada. Essa evasão provoca em muitos casos uma futura venda dos lotes, onde a ausência e a omissão do INCRA é fator preponderante para esta constante.

Arelado ao contexto da discussão de venda dos lotes, veio também à questão de pretensão em morar na zona urbana. No qual, 94,23% alegaram não ter vontade de morar na cidade, enquanto apenas 5,77% diferem do restante. Dos que afirmaram “sim” quanto ao desejo em morar na Cidade, expuseram o argumento de que, na mesma, há possibilidades em ter uma renda fixa maior; bem como, a facilidade para conseguir realizar simples atividades diárias como ir ao banco, ao supermercado, à escola, etc.

Ao refere-se as dificuldades enfrentadas no assentamento, foi proferido pelos moradores algumas reclamações e sugestões. Das 52 famílias assentadas apenas 19,23% afirmaram que têm dificuldades no assentamento. Por outro lado, 80,77% afirmaram terem nenhuma. Entretanto, quando perguntados se havia sugestões para a melhoria do assentamento, todos citaram algumas ponderações acerca do tema proposto. Sendo proferidas diversas sugestões para melhoria do assentamento foram identificadas: melhoria no saneamento básico e água encanada (21,87% cada), 18,03% sugeriram projetos para construções de reservatórios hídricos, tais como: açudes, barreiros, cisternas, etc. (Figura 4).

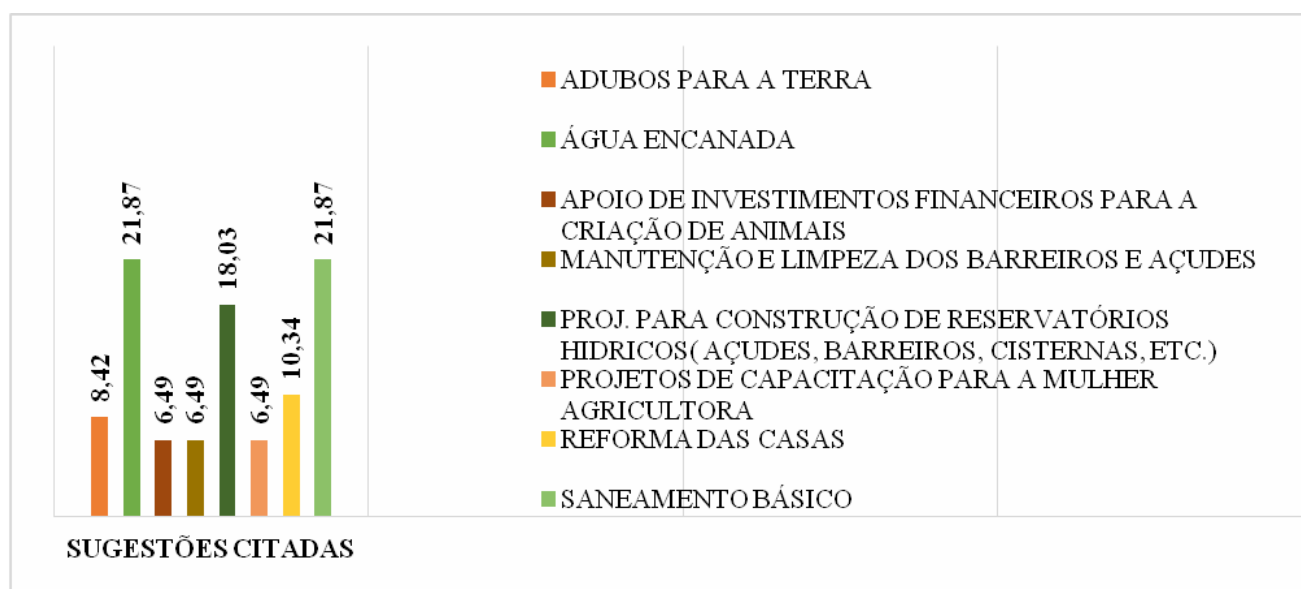


Figura 4 - Gráfico referente as sugestões para melhoria mais citados pelos assentados.

Nesse sentido, além de efetivar-se uma reforma agrária propriamente dita, é viável uma política que se preocupe com o assentado após sua efetivação nos lotes, como também que lhes ofereçam condições necessárias para que estes possam produzir, bem como se reproduzir socialmente, garantido assim a permanência dos agricultores no campo.

A questão da água no assentamento é um problema, pois eles não têm muitos reservatórios hídricos. E em tempos de seca e estiagem, a falta de água é um agravante, pois detêm-se apenas de uma cisterna junto a casa para suas necessidades diárias, como também para dessedentação de animais. Alguns assentados, principalmente os que moram longe da agrovila, têm em seus lotes pequenos reservatórios, como: barreiros, cacimba, tanques de pedra, etc. (Figura 5). Esses reservatórios, em períodos de estiagem ajudam aos assentados ali presentes; como também, auxiliam a outras famílias, visto que, nesses períodos os moradores disponibilizam a água para que também outros possam usufruir.



Figura 5 - Reservatório hídrico em um dos lotes do Assentamento Cícero Romana I. Este é, comumente chamado de “tanque” ou “Tanque de pedra”.

Cerca de 3,84% dos assentados afirmaram haver uma “burocratização no sistema”, referindo-se ao INCRA, pois asseguram que para conseguir pleitear novos projetos de melhoria é necessário o aval de órgãos competentes, que muitas vezes, dificultam a ação e agilidade do processo.

Como pode-se perceber as sugestões referentes ao saneamento básico, água encanada e investimentos na construção de reservatórios hídricos são as mais implicadas nas indagações dos assentados. Contudo, outras sugestões também foram mencionadas, tais como: Projetos de irrigação para uma horta Agroecológica; Maquinários para a Associação; Transporte Escolar; Aumentar a agricultura familiar; Pasta para alimentação dos animais; Coleta de lixo; Iluminação; União e Paz no assentamento. Visto que, estas não apresentaram expressividade na opinião sugestiva popular do assentamento, preferiu-se não inseri-la no gráfico.

No que se refere a Área de Proteção Ambiental- APA, o Assentamento dispõe de uma Reserva Legal- RL. De acordo com o PDA (2010), esta possui área de 64,21 ha, contemplando os 20% do montante total do imóvel, estando de acordo com o Código Florestal: Lei 4.771/65 - Art. 8º, que afirma “na distribuição de lotes destinados à agricultura, em planos de colonização e de reforma agrária, não devem ser incluídas as áreas florestadas de Preservação Permanente de que trata esta Lei, nem as florestas necessárias ao abastecimento local ou nacional de madeiras e outros produtos florestais, sendo estas de reserva sem qualquer tipo de uso”.

Junto aos moradores indagou-se questões relacionadas a RL quanto à sua utilidade, situação atual e restrições. As mais citadas: “Essa área é sem utilidade”; “Seria melhor que fosse dividida por entre os assentados”; “As pessoas colocam seus bichos para pastagem”; “Poderia ser mais cuidada e preservada”. “O local deveria ser cercado e haver placas de identificação”; (Figuras 6 e 7).

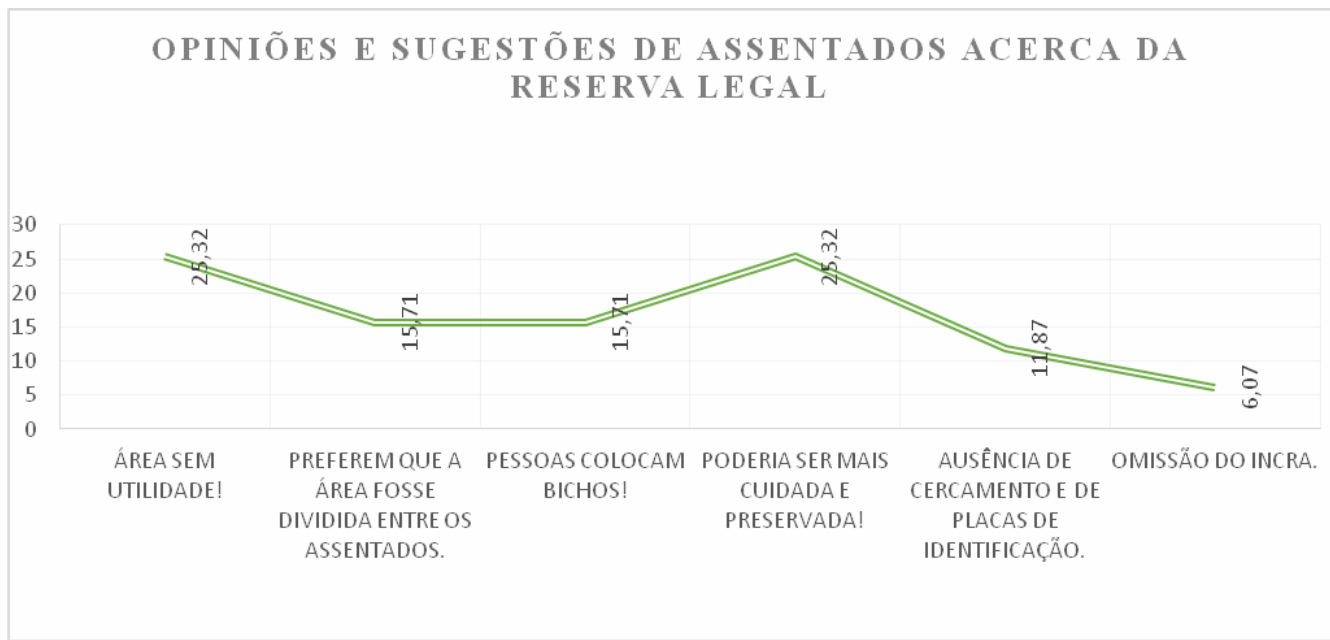


Figura 6 - Gráfico de porcentagem referente às opiniões e sugestões expostas pelos assentados acerca da Reserva Legal.



Figura 7 - Vista parcial de parte da Reserva Legal do Assentamento Cícero Romana I.

Cerca de 6,07% dos assentados indagaram a omissão por parte do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, referindo-se a sua ineficaz atuação quanto ao monitoramento da RL, visto que, a mesma encontra-se aberta e sem placas de identificação, problema encontrado por Pereira et al., (2013), bem como a ausência de cerca, facilitando a invasão e exploração dos recursos naturais. Para agravar ainda mais a situação, Pereira et al. (2013) identificaram em conversas e questionários com os assentados a ocorrência de mais de sete focos de incêndios criminosos na área. Contribuindo para que a RL permaneça com seu solo degradado e ocasionando futuros processos erosivos.

Constatou-se também que inexistente a prática do reflorestamento da RL e de áreas adjacentes; alegando falta de apoio e incentivo. Contraditoriamente, dados de uma pesquisa realizada por Freitas et al., (2012) no Assentamento Santo Antônio na cidade de Cajazeiras - PB constataram que a maioria dos agricultores (53,3 %) fazem reflorestamento de plantas nativas e não nativas numa área comunitária fora do lote, onde todos tem que repor lá a mesma quantidade que desmatou em seu lote.

Na óptica de Capoane (2012) um fato importante que deve ser revisto pelos técnicos do INCRA na implantação de futuros projetos de assentamentos, é a delimitação e cercamento das APP's antes da efetivação dos mesmos.

Conforme o PDA (2010) um plano de recuperação da RL deve ser executado, visando a regularidade e recuperação ambiental com seus diversos benefícios, como o retorno da fauna, controle de processos erosivos, cobertura do solo, entre outros. Haja vista que os recursos florestais, juntamente com seus sistemas inerentes, são importantes contribuintes para a manutenção do equilíbrio humano.

Conhecer os anseios das comunidades a partir de seus problemas e potencialidades constitui para o tomador de decisões uma informação de grande relevância estratégica na formulação de políticas de desenvolvimento sustentável com a participação ativa da comunidade (Barreto et al., 2005). Nesta óptica, Silva (2006) assegura que: “a compreensão das necessidades de determinados grupos humanos e, as relações e interrelações com seu ambiente são importantes para um planejamento, bem como para um melhor ordenamento do espaço”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada pôde compreender a percepção dos assentados acerca do assentamento no que se refere a problemática ali existente. Pode-se perceber que os mesmos têm a pretensão em morar na zona urbana, colaborando assim para uma conseguinte venda dos lotes; ocasionando uma futura evasão no assentamento.

Foram identificadas as inexistências de saneamento básico e água encanada como entrave considerável por parte dos assentados em suas permanências no local, para tanto os mesmos solicitam projetos principalmente para construções de reservatórios hídricos tais como: açudes, barragens, cisternas, etc. Haja vista que existem projetos do Governo Federal que prioriza a construção desses reservatórios em áreas rurais. Um exemplo é o Programa Um Milhão de Cisternas- P1MC e o Programa Uma Terra e Duas Águas- P1+2, sendo essas possíveis soluções para a falta d'água nos períodos de estiagem.

Cabe a diversos órgãos públicos, com ou sem relação necessária com o processo da reforma agrária, consolidem projetos que visem o melhoramento das condições dos assentados, para que não ocorra futuramente uma evasão do assentamento. Elaborando e efetivando planos de incentivo, como políticas públicas voltadas para a melhoria da infra estrutura, geração de emprego, garantindo a permanência destes e a redução da migração campo-cidade.

É imperioso também, formular projetos que visem a preservação dos remanescentes vegetais existentes na reserva legal, como oficinas de instrução ao planejamento ambiental, reflorestamento com espécies nativas, etc. Visto que, o uso inadequado das áreas de reserva legal, causado por ações antrópicas e desmatamento, acarreta em um prejuízo na diminuição da biodiversidade, na alteração da paisagem, na degradação do solo e em forma geral na perda da qualidade ambiental da região assentada. É indispensável expressar aos assentados a importância e o porquê em necessita-se ter uma reserva legal no assentamento. Manifestando para os mesmos, que “aquele espaço” não é improdutivo, não está ali sem função, e que a preservação da flora e fauna é um bem que a humanidade necessita obter, apreciar e proteger.

Assim, a concretização das prescrições supracitadas possibilitará o resgate da dignidade humana, a permanência dos grupos sociais na terra, a geração de ocupação e renda, o cuidado com a natureza, e por fim, garantir a cidadania e justiça social dos assentados, de modo a efetivar alguns dos propósitos da reforma agrária.

AGRADECIMENTOS

Os autores desta pesquisa agradecem a todas as famílias assentadas que se dispuseram a responder os questionários, bem como, a permissão para a observação participante de suas práticas agrícolas em seu território em especial a presidente do Assentamento e a “seu Petrônio”.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barbosa, José Everaldo. 2010. PDA- Plano de Desenvolvimento de Assentamento. INCRA & COONAP. P. 101-132.
- Capoane, V.; Rheinheimer, D. 2012. Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul. Revista Nera, – ano 15, nº. 20, p. 193-205.
- Carvalho, H. M. de. 2000. A luta contra o monopólio da terra no Brasil. In Reforma Agrária: Por um Brasil sem latifúndio. 4º Congresso Nacional- MST. Secretária do MST- Brasília (DF), p. 6-51.
- Carvalho, L. H. 2010. A concentração fundiária e as políticas agrárias governamentais recentes. Revista IDeAS, v. 4, n. 2, p. 395-428.
- Código Florestal. <planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14771.htm>. Acessado em: 08 de julho de 2013.
- Fausto, B. 1996. História do Brasil- História do Brasil cobre um período de mais de quinhentos anos, desde as raízes da colonização portuguesa até nossos dias. Edusp, p. 01-89.
- Freitas, J. P. da; Neto, M. F. da S.; Freitas, F. E. de; Linhares, E. J.; Medeiros, M. C. S. 2012. Análise do uso e ocupação do solo no Assentamento Santo Antônio no município de Cajazeiras- PB. GEOAMBIENTE ONLINE, nº 18, p. 1-18.
- Germani, G. I. 2006. Condições históricas e sociais que regulam o acesso à terra no espaço agrário brasileiro. Geo Textos, v. 2, n. 2, p. 115-147.
- Goobi, W. A. de O.; Pessôa, V. L. S. 2009. Pesquisa Qualitativa em Geografia: reflexões sobre o trabalho de campo. In: Geografia e pesquisa Qualitativa: nas trilhas da investigação. Ramires, J. C. L.; Pessoa, V. L. S. Assis, Uberlândia, p.485-507.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=250600>. Acessado em: 24 de junho de 2013.
- INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 2006. A Questão Fundiária Brasileira. Uma abordagem histórica- Projeto de Infra estrutura Geoespacial Nacional. Fredericton – CA.
- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. <incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/titulacao-de-assentamentos>. Acessado em: 04 de Abril de 2014.
- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. <incra.gov.br/index.php/institucional/legislacao--/legislacao-federal/leis/file/12-lei-n-4771-15091956>. Acessado em: 08 de Julho de 2013.
- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. <incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/reforma-agraria>. Acessado em: 14 de Julho de 2013.
- Mattos, E.; Innocentinni, T.; Benelli, Y. 2012. Capitâneas Hereditárias e Desenvolvimento Econômico: herança colonial sobre desigualdade e instituições. Pesquisa e planejamento econômico- PPE; v. 42, n. 3, p.
- MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. <mst.org.br/inicial>. Acessado em: 14 de Julho de 2013.
- MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. <mst.org.br/node/8606>. Acessado em: 06 de Fevereiro de 2013.
- MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. <mst.org.br/jornal/302/realidadebrasileira>. Acessado em: 24 de Abril de 2014.
- MST: Lutas e Conquistas. 2010. Reforma agrária: por Justiça social e soberania popular. Secretária Nacional do MST, São Paulo, 2ª ed, p. 54.
- Pereira, T. M. S.; Silva, J. B.; Moraes, R. D. 2013. Mapeamento Participativo no Assentamento Cícero Romana I. Anais do VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária, VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária e I Jornada de Geografia das Águas. p. 01-18.



- Ramirez, G. M.; Souza, V. F. de; Bergamasco, S. M. P. P. 2004. A organização do espaço produtivo no assentamento Sumaré I. UNICAMP, p. 01-18.
- Ribeiro, M. M. C.; Neto, J. A. F. Dias F.; Dias, M. M.; Fiúza, A. L. C. de. 2011. Análise das causas da evasão em assentamentos de reforma agrária no estado do Tocantins. Revista Extensão Rural, DEAER/PPGExR – CCR – UFSM, Ano XVIII, nº 22, p. 01-30.
- Silva, Irenildo I. Costa C.da; Filocreão, Antônio A. Sérgio S. Monteiro M; Lomba, Roni R. Mayer . 2012. Assentamentos rurais no estado do Amapá: uma visão da Realidade. XX Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia. Acessado em: <lagea.ig.ufu.br/xxlenga/anais_enga_2012/eixos/989_2.pdf>.
- Silva, J. B.2006. Territorialidade da Pesca no Estuário de Itapessoca-Pe: Técnicas, Petrechos, Espécies e Impactos Ambientais. 2006. Recife: Universidade Federal de Pernambuco- Dissertação de Mestrado, p. 86.
- Souza, M. M. O.; Pessoa, V. L. 2009. Diagnóstico Rural Participativo (DRP): um instrumento metodológico qualitativo em geografia. In: Geografia e pesquisa Qualitativa: nas trilhas da investigação. Ramires, J. C. L.; Pessoa, V. L. S. Assis, Uberlândia, p.199-220.
- Stedile, J. P. 2012. Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. Expressão Popular, São Paulo, 2ed, p. 176.